

# História da Educação nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Maria Aparecida Pereira\*

Amarílio Ferreira Junior\*\*

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi\*\*\*

**Resumo:** A despeito da importância dos institutos históricos e geográficos para a historiografia nacional, há uma lacuna na historiografia educacional brasileira quanto ao uso das revistas desses institutos como fontes primárias para a História da Educação. Neste artigo, analisam-se as contribuições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para História da Educação brasileira. Para a análise, foram selecionados artigos publicados entre 1923 e 1996 por Hélio Viotti, Serafim Leite, Affonso de Carvalho, Ernesto Penteadado e Ernesto de Sousa Campos. Esses artigos são fundamentais para a historiografia da educação brasileira, pois permitem compreender como a elite letrada, representada pelos intelectuais que publicam artigos nessa Revista, pensava a educação brasileira nesse período.

**Palavras-chave:** História da Educação, Historiografia da Educação, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

---

\* Doutora em Educação. Educadora do Museu da Ciência Prof. Mario Tolentino de São Carlos-SP. E-mail: mar.per@terra.com.br.

\*\* Doutor em História Social. Pós-Doutorado no Institute of Education da University of London. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: ferreira@ufscar.br.

\*\*\* Doutora em Educação. Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: dmch@ufscar.br.

# History of Education in the journal of the Historical and Geographic Institute of São Paulo, Brazil

Maria Aparecida Pereira  
Amarílio Ferreira Junior  
Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi

**Abstract** Although Historical and Geographic Institutes are of great value to Brazilian historiography, only limited attempts have been made in the area of educational historiography to draw on these journals as primary sources of information about the History of Education. This article analyzes the manner the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* has contributed towards the History of Education in Brazil, by analyzing a selection of articles published between 1923 and 1996 by Hélio Viotti, Serafim Leite, Affonso de Carvalho, Ernesto Penteadó and Ernesto de Sousa Campos. These articles are of fundamental importance for the historiography of Brazilian education because they enable us to understand the literary elite's opinions (represented by scholars who published articles in the Journal) on Brazilian education of the period.

**Keywords:** History of Education, Historiography of Education, Journal of the Historical and Geographic Institute of São Paulo.

## Historia de la Educación en las páginas de la revista do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*

Maria Aparecida Pereira  
Amarílio Ferreira Junior  
Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi

**Resumen:** Pese a la importancia de los institutos históricos y geográficos para la historiografía nacional, existe un vacío en la historiografía educativa de Brasil cuanto al uso de las revistas de estos institutos como fuentes principales de la Historia de la Educación. En este artículo, se analizan las contribuciones de la Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para la Historia de la Educación brasileña. Para el análisis, fueron seleccionados artículos publicados entre 1923 y 1996 por Hélio Viotti, Serafim Leite, Affonso de Carvalho, Ernesto Penteadó y Ernesto de Sousa Campos. Dichos artículos son fundamentales para la historiografía de la educación brasileña, porque permiten entender cómo la élite letrada, representada por los intelectuales que publican artículos en esta Revista, pensaba la educación brasileña en este período.

**Palabras clave:** Historia de la Educación, Historiografía de la Educación, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

## Introdução

A importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de seus congêneres locais é reconhecida pela historiografia nacional, como comprovam os inúmeros estudos acadêmicos a seu respeito<sup>1</sup>. Apesar disso, observa-se uma lacuna na historiografia educacional brasileira, já que esta não tem utilizado muito os periódicos desses institutos como fontes primárias.

Diante disso, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: quais são as contribuições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP) para a História da Educação no Brasil? A justificativa para a formulação dessa questão é o entendimento de que o estudo da produção intelectual registrada nas páginas desse periódico é relevante não só para a reconstrução da própria historiografia nacional, mas também para demonstrar o papel que as fontes de informação assumem na disseminação das informações e no desenvolvimento da própria pesquisa científica em Educação. Além disso, destacar as contribuições da RIHGSP para a historiografia da educação brasileira implica delinear um panorama histórico dos institutos históricos e geográficos no cenário mundial e nacional e situar o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nesse contexto; descrever as principais características da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP); analisar essa produção científica de acordo com os seguintes parâmetros bibliométricos: autoria, temática e distribuição temporal; analisar o conteúdo de uma amostra selecionada de artigos da RIHGSP relacionados à temática da história da educação.

O artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla (Pereira, 2013) a respeito das contribuições da RIHGSP para a compreensão da história da educação brasileira no período colonial, durante o qual foram analisados artigos publicados nesse periódico no período entre 1895 e 2004. Para o artigo, foram selecionados cinco desses artigos, publicados entre 1923 e 1996 pelos seguintes autores: Hélio Abranches Viotti (1996), Serafim Leite (1937), Affonso de Carvalho (1937), Ernesto Goulart Pentead

---

<sup>1</sup> Tais trabalhos tratam da história, dos autores e dos textos publicados nas revistas do IHGB e de seus congêneres existentes no país. Foge aos propósitos deste artigo revisar essa produção: esta já foi compilada pelos autores deste texto, devendo os resultados da análise em andamento ser alvo de futuras publicações.

(1923) e Ernesto de Sousa Campos (1970). Por meio da exposição de seus conteúdos, tem-se o intuito de apresentar os subsídios que tais artigos podem fornecer à historiografia da educação brasileira.

O fio condutor da análise desses artigos é o conceito de historiografia – entendida aqui como expressão e produto de uma prática intelectual –, o qual, de acordo com a literatura de referência, possui vários significados, a saber: ‘história da história’ (Rodrigues, 1978, 1981); “[...] análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica” (Lapa, 1981, p. 18-19); ‘uma obra da História’, ou seja, aquela que trata de ‘obras elaboradas, não de documentos’ (Iglésias, 1972). Sem desconsiderar essas concepções de historiografia, Torres (1996, p. 56-57) explica melhor esse conceito:

[...] a historiografia tem a ver com construção e interpretação, pois ela é o conhecimento historicamente localizado num contexto intelectual e numa estrutura socioeconômica, política e mental. A historiografia é toda produção do conhecimento histórico (ou de outras áreas de conhecimento) referente a determinado tema e período. Não é história (processo), nem é somente conhecimento histórico, mas o conhecimento situado na historicidade de seu acontecer, sendo história-processo na dimensão de sua contemporaneidade. A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos – numa preocupação de totalidade – esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. Portanto, a historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analisa; portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito.

No contexto das reflexões sobre as concepções de historiografia, é válido lembrar que não há neutralidade na produção do saber, pois “[...] não há como negar a historicidade do indivíduo que constrói verdades” (Torres, 1996, p. 56). Esse entendimento corrobora a crítica que Schaff

(1983) faz ao positivismo por atribuir imparcialidade ao sujeito que elabora o saber.

No que tange à prática historiográfica do IHGSP, afirma-se que esta se constituiu na produção e na edificação de um saber sobre a terra e a gente de São Paulo, buscando uma identidade regional:

[...] na recriação (sempre mítica) do passado, elas buscavam as energias capazes de garantir coesão social e durabilidade cultural para uma sociedade acometida por intensas e rápidas mudanças. Ao se projetarem para o futuro, deixaram entrever os conteúdos utópicos próprios aos regionalismos e nacionalismos (Ferreira, 2002, p. 353).

Além da introdução, o artigo contém três partes. Na primeira, apresenta-se um breve histórico do IHGSP e da RIHGSP; na segunda, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos artigos; por fim, na terceira, expõem-se e discutem-se alguns resultados da pesquisa.

## **O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sua Revista: um breve histórico**

Nos dias atuais, conforme argumenta Callari (2001, p. 59), os institutos históricos e geográficos são vistos “[...] com relativo preconceito por determinados setores da comunidade acadêmica [...]”, embora tenham sido “[...] os pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos”.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838<sup>2</sup>, fruto da “[...] aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência” (IHGB, 2013).

---

<sup>2</sup> Quatro anos antes, em 1834, havia sido fundado na França o Instituto Histórico de Paris (IHP). Desde então, até 1856, muitos brasileiros, dentre os quais “alguns dos principais representantes políticos do mundo oficial do Império, participaram das atividades do Instituto”, fato que inspirou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 (Carraro, 2003, p. 2). Na visão dessa autora, “pode-se pensar a influência desse grupo sobre intelectuais brasileiros do início do século XIX”.

Essa instituição, juntamente com o Arquivo Público do Império e a Academia Imperial de Belas Artes, criada na década anterior, integrou o esforço dos conservadores na construção de um Estado imperial centralizado e forte. A História do Brasil a ser escrita pelos membros do IHGB deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. A nação cujo passado o IHGB iria construir deveria ser apresentada como fruto de uma civilização branca e europeia nos trópicos (Guimarães, 1988; Guimarães, 1995).

Durante muito tempo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB) representou o único expoente da produção do saber histórico nacional. Situado no Rio de Janeiro, sede da corte, o que lhe angariava créditos suficientes para representar toda a nação, o instituto reuniu a nata da sociedade e da intelectualidade da época, além de outros sócios efetivos e dos ditos correspondentes, provenientes, por sua vez, de outras partes do país e do mundo. Sua hegemonia só foi parcialmente quebrada em 1862, com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). A partir de então, outros institutos de base local<sup>3</sup> procuravam se filiar ao modelo proposto pelo IHGB, ao mesmo tempo em que buscavam realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional (Callari, 2001, p. 60).

Em 1º de novembro de 1894, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), cujos principais objetivos eram a pesquisa e a divulgação da história, da geografia e correlatos, principalmente com respeito à cidade e ao estado de São Paulo.

---

<sup>3</sup> Desde o início, o IHGB estimulou a criação de entidades congêneres nas províncias, hoje estados. Na atualidade, existem 23 institutos espalhados pelo Brasil, os quais foram fundados no final do século XIX e no século XX, a saber: Alagoas (1869); Amazonas (1917); Bahia (1894); Ceará (1887); Distrito Federal (1964); Espírito Santo (1916); Goiás (1932); Maranhão (1925); Mato Grosso (1919); Mato Grosso do Sul (1978); Minas Gerais (1907); Pará (1900); Paraíba (1905); Paraná (1900); Pernambuco (1862); Piauí (1918); Rio de Janeiro (1957); Rio Grande do Norte (1902); Rio Grande do Sul (1920); Rondônia (1979); Santa Catarina (1896); São Paulo (1894); Sergipe (1912). Além desses, outros foram criados fora das capitais, como, por exemplo, os de Santos (1938), Petrópolis (1938) e São João del Rey (1970).

A primeira diretoria do IHGSP sistematizou os princípios que norteiam a instituição até hoje: a) promover o estudo e o desenvolvimento da História e da Geografia do Brasil e principalmente do estado de São Paulo e, bem assim, ocupar-se de questões e assuntos literários, científicos, artísticos e industriais que possam interessar o país sob qualquer ponto-de-vista; b) publicar ao menos uma revista anualmente, na qual se dê conta da vida da associação e fiquem arquivados os trabalhos que o instituto julgar úteis e interessantes; c) manter correspondência e relações com as sociedades congêneres, nacionais e estrangeiras.

Como refere Scabin (2011, p. 1), as atividades do recém-fundado (1894) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo representavam “[...] a tentativa de construção de uma História do Brasil por um viés paulista, justificando com um passado glorioso e altivo a crescente influência da elite cafeeira no cenário nacional”.

Na primeira metade do século XX, o IHGSP registrou a participação de estudiosos do porte de Affonso Taunay, Clovis Bevilacqua, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo, Alcântara Machado, Julio de Mesquita Filho, Mário de Andrade, Orígenes Lessa, Roberto Simonsen e Sérgio Milliet. Desde sua criação, essa centenária instituição vem assumindo papel relevante na construção da identidade cultural paulista. Tal protagonismo é resultante da presença, entre os seus membros efetivos, de renomados intelectuais<sup>4</sup>, autores de obras significativas da bibliografia nacional. Não apenas de ‘paulistanos da gema’ era composto o quadro de sócios fundadores do IHGSP Destaca-se, na história do IHGSP e de sua Revista, Orville Adelbert Derby, nascido em 1851 nos EUA, onde, em 1873, se graduou em Geologia. Sua vida foi inteiramente dedicada à geologia brasileira. No panorama brasileiro do final do século XX, dentre os sócios mais destacados, incluem-se Alice Canabrava, Anita Novinsky, Aziz Ab’Saber, Erwin Theodor Rosenthal, Hernani Donato, José Sebastião Witter, Miguel Reale, Nícia Vilela Luz, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Bonfim, Samuel Pfromm Neto. A este contingente reuniu-se uma nova geração, constituída por personalidades da vida cultural paulista, por representantes das mais diversas formações, seja da área de ciências

---

<sup>4</sup> Não é objetivo deste artigo e nem cabe nos limites de espaço do texto abordar o legado dos fundadores, e dos demais intelectuais que compuseram os quadros do IHGSP. Para mais informações sobre esse assunto, consultar, por exemplo, os trabalhos de Schwarcz (1993), Ferreira (2002), Ferreira e Mahl (2011).



humanas seja de ciências exatas, e das mais diversas funções. Ao lado de professores universitários, escritores e jornalistas, destacam-se o jurista Octavio Bueno Magano, o ambientalista Paulo Nogueira Neto, o jornalista José Marques de Melo, o empresário Ruy Althenfelder Silva e a professora Vavy Pacheco Borges.

O papel importante do IHGSP para a história nacional foi abordado por Schwarcz (1993), para quem, embora esse instituto tivesse as mesmas características que o IHGB, ambos foram marcados pelas diferenças entre a Monarquia e a República. Dessa forma, o caminho do IHGSP era reescrever a história nacional com base nos exemplos paulistas, ou seja, “[...] buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem importantes para a construção de uma historiografia marcadamente paulista, mas que, ao mesmo tempo, fossem capazes de dar conta do país como um todo” (Schwarcz, 1993, p. 166).

A RIHGSP começou a ser publicada em 1895, um ano após a fundação do IHGSP, e, até o ano de 2004, já havia publicado 96 volumes<sup>5</sup>. Compunham o primeiro volume da RIHGSP dois fascículos, publicados respectivamente em 1895 e 1896.

No primeiro fascículo, de 1895, a revista já anunciava a que vinha na seção Ao leitor. O significado emblemático da frase que abre a sessão, ‘A história de S. Paulo é a própria história do Brasil’, não deixa dúvidas sobre os objetivos apologéticos<sup>7</sup> da Instituição.

‘A história de S. Paulo é a própria história do Brasil’. A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os

---

<sup>5</sup> O IHGSP comercializa um cd-rom com o texto completo, em formato fac-símile, dos artigos publicados pela RIHGSP no período entre 1895 e 1999, desde o primeiro até o 96º volumes, além de um índice geral. A periodicidade era anual, com exceção de alguns volumes que cobriam dois anos, em razão da falta de recursos do instituto para viabilizar a impressão da RIHGSP.

<sup>6</sup> Em todas as citações deste artigo retiradas da RIHGSP foram mantidas a ortografia da época.

<sup>7</sup> O adjetivo ‘apologético’ utilizado aqui foi tomado emprestado de Ferreira e Mahl (2011, p. 4). Ao explicar os objetivos do IHGSP, os autores argumentam que esses são “expressão eloquente de um projeto que é, ao mesmo tempo, cultural e político, isto é, aquele que poderia contribuir para uma visão panegírica da propalada civilização paulista”.

quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchida. Felizmente a nossa iniciativa foi coroada do melhor êxito e estamos atualmente gozando do mais útil convívio dos nossos homens de letras, que concorrem com suas luzes para assegurar ao Instituto Histórico a mais brilhante carreira (Ao leitor, 1895, p. 2, grifo nosso).

Em continuidade, os propósitos da RIHGSP eram proclamados como uma prova de que

[...] o trabalho fortifica-se no estudo da história, que tem valor inestimável, e muito pode servir para que os moços aprendam a conhecê-la bem assim para que outros estudiosos companheiros possam no futuro continuar a obra, que é bem pequena, em relação à importância do assunto. Todavia o molde fica traçado, restando a outros modifica-lo e aperfeiçoa-lo até que a nossa história seja a fiel intérprete dos acontecimentos, e o ensinamento útil dos patriotas (Ao leitor, 1895, p. 2).

Em seguida, o texto de abertura do primeiro fascículo da RIHGSP esclarecia os leitores a respeito de qual seria seu conteúdo, ao mesmo tempo em que exaltava os propósitos do instituto de interpretar e dar a conhecer o passado histórico da civilização paulista:

Instituto Histórico, iniciando a publicação da primeira parte da 'Revista' com alguns trabalhos aprovados em assembléia geral, a fim de serem publicados, continuará a publicação de outros que já foram lidos. É tão interessante o assunto destas publicações, que será certa a procura da 'Revista' para leitura daqueles que desejam conhecer o modo sério e consciencioso pelo qual o Instituto vai se desempenhando dos seus patrióticos intuítos. Aos leitores compete julgar se nos desempenhamos dignamente do encargo (Ao leitor, 1895, p. 2).

Aliás, na Ata da primeira sessão do instituto ocorrida em 1º. de abril de 1895, observa-se que os sócios já começavam a delinear o que seria interessante publicar na RIHGSP:

O sr. Duarte Azevedo lembra que seria conveniente dirigir-se uma circular às Câmaras Municipais do Estado solicitando a remessa ao Instituto de documentos que existam em seus arquivos que se refiram a pontos da nossa história ou que tenham importância ou interesse geral, porque assim obter-se-iam elementos para o estudo das teses a desenvolver para a organização dos trabalhos, tornando-se também uma fonte de material para a 'Revista' publicar (Ao leitor, 1985, p. 168).

Na visão de Ferreira e Mahl (2011, p. 8-9), os artigos publicados na RIHGSP são marcados “[...] pelo ‘beletrismo’ próprio da intelectualidade do período [...] ”, constituindo “[...] uma mistura singular de erudição e rebuscamento estilístico, à luz do que entendiam por ciência, transitando entre diferentes gêneros narrativos e temáticos”. Saltando para o final do século XX e início do século XXI, vemos qual é a autoimagem da RIHGSP na atualidade. Quanto a isso, o texto *Apresentação* do volume 95, publicado em 1999, de autoria do Presidente da Instituição no triênio 1999-2002, Roberto Machado de Carvalho, é emblemático:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é a mais antiga, no gênero, editada no Estado de São Paulo. Foi nos idos de 1895 – 105 anos decorridos – pouco depois da fundação do sodalício, que a Revista teve seu lançamento. Já no primeiro volume, dividido em dois fascículos, ela contou com um seleto grupo de colaboradores e trabalhos de reconhecido valor científico. [...] Muitos volumes de nossa Revista transformaram-se em fontes documentais para novos estudiosos – pesquisadores do pretérito e do espaço natural e humano, em especial do Estado de São Paulo. Claro que tivemos momentos de dificuldades, breves interregnos da publicação – o Estatuto pede, ao menos, um volume anual – mas não demora e ela ressurgiu, revigorada e triunfante. Hoje, os 94 volumes publicados representam significativo acervo de conhecimentos a disposição dos interessados, estudos e documentos. As Atas das sessões e os Relatórios anuais trazem preciosas informações sobre as atividades do Instituto e episódios marcantes da história republicana de São Paulo (Carvalho, 1999, p. 4).

No mesmo número e volume, assinada pela Comissão de Redação composta por Alexandre Hecker, Amélia Franzolin Trevisan, Dóli de

Castro Ferreira, Hernâni Donato, Juvenal Fernandes, Nelly Martins Ferreira Candeias e Roberto Campos Gomes, a ‘Nota da Redação’ faz ‘coro’ ao entendimento do Presidente do IHGSP sobre a Revista:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui-se em uma das mais antigas publicações em circulação no país, na área das ciências humanas. Desde 1895, ela abriga artigos que representam, sobretudo para os estudos históricos, uma significativa contribuição ao pensamento nacional. [...] Assim, pretende-se dar corpo a uma nova fase da Revista que descortinará um espaço variado de concepções, com o objetivo de contribuir para fertilizar ainda mais o campo do saber histórico em nosso Estado de São Paulo (Apresentação, 1999, p. 5).

Uma forma de acompanhar a atuação do IHGSP é analisando as páginas do livro do próprio instituto, *Jubileu Social (1894-1944)*<sup>8</sup>, publicado por ocasião de seus 110 anos. Nessas páginas são encontradas informações sobre a história e a vida dessa tradicional instituição no cenário cultural paulista; buscando apresentar os ‘feitos’ da instituição, descrevem-se os elementos que caracterizaram o IHGSP durante o seu primeiro meio século de existência.

## Itinerário metodológico

A análise bibliométrica é um recurso metodológico eficaz para o mapeamento de um campo científico e para o tratamento e a quantificação dos processos de comunicação escrita consolidados em publicações científicas, como a RIHGSP, objeto deste estudo. Por meio dessa metodologia, é possível produzir indicadores dos autores mais citados, dos temas que estão em evidência em determinada área de conhecimento e dos periódicos que mais publicam artigos, dentre outros parâmetros bibliométricos. Contudo, Silva, Hayashi e Hayashi (2011) comentam que os estudos bibliométricos devem ultrapassar o levantamento estatístico puro e simples, oferecendo indicadores de conteúdos para análises mais

---

<sup>8</sup> A atual presidente do IHGSP, Nelly Martins Ferreira Candeias, atualiza, de certa forma, a história do IHGSP no livro que lançou em 2013, intitulado *10 anos da memória paulista: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002 – 2012)*.

qualitativas. De sua perspectiva, a combinação da análise bibliométrica com a análise de conteúdo fortalece as interpretações dos indicadores produzidos na pesquisa.

Desse modo, a análise bibliométrica foi combinada com a análise de conteúdo, cuja técnica de investigação é voltada para a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto nos textos científicos e, por meio de unidades de análise, favorece a extração de sentido dos textos. A análise categorial é o tipo mais antigo e utilizado na análise de conteúdo, funcionando “[...] por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (Bardin, 2004, p. 153).

Em vista disso, os procedimentos metodológicos para realizar a análise bibliométrica e de conteúdo dos artigos da RIHGSP compreenderam as seguintes etapas: a) pré-análise do material – CD-ROM com os sumários dos 96 volumes da RIHGSP, com um índice geral de 70 páginas; b) exploração do material visando identificar a estrutura do periódico, o que envolveu a leitura flutuante e criteriosa de todos os títulos e nomes dos autores dos artigos registrados no volume de índice geral; c) definição das expressões de busca dos artigos – ‘educação’ e ‘jesuítas’ –, por concordarmos com a visão de Bittar e Ferreira Junior (2001) de que é impossível separar da História da Educação a influência dos jesuítas, visto que estes permaneceram por 210 anos em terras brasileiras. A busca de tais expressões resultou na seleção de 186 artigos encontrados em 71 dos 96 volumes da coleção da RIHGSP, entre 1896 e 2004, totalizando 3.567 páginas. Posteriormente, esses 186 artigos foram classificados em seis categorias de análise:

1) educação e ensino: artigos que focalizam a educação brasileira nos diferentes períodos históricos, abrangendo temas como: criação de cursos superiores, ensino médio, instrução e ensino públicos, grupos escolares e personalidades educacionais (Lourenço Filho, por exemplo).

2) educação jesuítica no Brasil colonial: artigos que focalizam a institucionalização dos espaços educacionais e as práticas pedagógicas dos jesuítas, abrangendo temas como: catequese, colonização e evangelização, indígenas, língua brasileira e línguas indígenas, aldeias, missões, reduções, casas de bê-á-bá, colégios,

*Ratio Studiorum*, castigos corporais, primeiras letras, catecismo, etc.

3) vultos históricos da educação jesuítica no Brasil Colonial: artigos que abordam personagens como Anchieta, Nóbrega e outros epígonos da educação, entre eles, Alexandre de Gusmão, Diogo Feijó, Quirício Caxa.

4) vultos da história paulista e brasileira, artigos que abordam personagens como João Ramalho, Diogo Álvares Correa (o Caramuru), Antonio Raposo Tavares, Amador Bueno e outros, como Tiradentes, Varnhagen, etc.

5) História e Geografia de São Paulo e do Brasil: artigos que versam sobre as raízes históricas da fundação da cidade de São Paulo, de municípios paulistas (São Vicente, Itu, Santo André, Indaiatuba, Tietê) e de outros municípios brasileiros.

6) História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Revista do IHGSP: artigos sobre a fundação do IHGSP e sobre os discursos proferidos por ocasião das efemérides do Instituto e da RIHGSP, entre outros.

Desse *corpus* inicial, foram selecionados 20 artigos para análise de conteúdo, os quais são classificados nas seguintes categorias temáticas: ‘historiografia da educação e do ensino’, ‘educação jesuítica no Brasil Colonial’ e ‘vultos da educação jesuítica’. A escolha dos artigos não foi pautada em uma amostra estatística e sim nos seguintes objetivos: a) compreender o objeto de estudo – os artigos publicados na RIHGSP; b) identificar e analisar dados não mensuráveis, como, por exemplo, entendimento de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos (a elite letrada e intelectual de São Paulo e do Brasil nos séculos XIX e XX, representada pelos sócios do IHGSP que publicaram artigos na RIHGSP) em relação a um problema específico (a história da educação brasileira).

Em vista da limitação de espaço no artigo<sup>9</sup>, optou-se por realizar um recorte do *corpus*: uma amostra de cinco artigos (Viotti, 1996; Leite, 1937;

---

<sup>9</sup> Esse também foi o motivo pelo qual não são apresentados os indicadores bibliométricos com o perfil dos autores e das temáticas tratadas nos 186 artigos.

Carvalho, 1937; Penteadó, 1923; Campos, 1970) será analisada na próxima seção.

Vale comentar que uma pequena nota biográfica de cada um dos autores desses artigos é colocada em rodapé. O conhecimento da biografia de um autor é um passo para se compreender sua vida, investigar o que o motivou a seguir determinado caminho ou linha do pensamento e perceber melhor os acontecimentos da sua época, bem como sua contribuição intelectual.

### **Contribuições da RIHGSP para a historiografia da Educação**

O ensino público em São Paulo de 1551 a 1759 é abordado no artigo do padre Hélio Abranches Viotti<sup>10</sup>, que apresenta a cronologia das atividades educacionais exercidas no país pelos padres jesuítas. Para o autor, o ensino dos jesuítas se inicia com fundação da ‘escola de catecúmenos’ em São Vicente, um ano após a chegada, em 1550, do padre Leonardo Nunes. Nessa mesma escola, um ano depois, os órfãos de Lisboa – alunos chegados da Bahia com Manuel de Paiva em 1552 – começam os estudos primários, junto com os filhos brancos e mestiços dos colonos vicentinos. Em 1553, ocorre uma primeira tentativa de ensino secundário, cujas aulas eram ministradas por um estudante de Lisboa desterrado para o Brasil.

---

<sup>10</sup> Sacerdote jesuíta que nasceu em São Paulo em 15 de outubro de 1906 e faleceu em Belo Horizonte-MG, em 28 de novembro de 2000. Aos 15 anos, entrou para o noviciado na Companhia de Jesus e ordenou-se sacerdote em 1936, em Buenos Aires. De 1946 a 1949, foi Diretor do Colégio São Luís, em São Paulo, onde, em 1948, fundou e dirigiu a Faculdade de Economia São Luís. Foi professor de Doutrina Católica na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae de 1949 a 1952 e, de 1958 a 1959, Reitor do Colégio Antonio Vieira, em Salvador, Bahia. De 1969 em diante, passou a dirigir a Casa de Anchieta, Monumento Histórico da Fundação de São Paulo. Foram tão profundos seus estudos sobre a vida de Anchieta, que acabou por se transformar na maior autoridade sobre esse padre jesuíta, tendo liderado o processo de sua beatificação e postulado sua canonização. Foi Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro dos institutos históricos e geográficos de: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, São Vicente-SP; do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba-SP; do Instituto Genealógico Brasileiro; da Associação de Professores Universitários de História (ANPUH) e da Sociedade de Estudos Históricos (Colégio Brasileiro de Genealogia, 2013).

Com a chegada de Anchieta, véspera de Natal desse mesmo ano de 1553, começou, por ordem de Nóbrega, esse ensino, para os candidatos ao sacerdócio na Companhia de Jesus e outros jovens, já ali reunidos anteriormente por Leonardo Nunes, como vimos. Com isso, tinha princípio propriamente, na Capitania de São Vicente, o ensino médio, baseado, especialmente no estudo do latim (Viotti, 1996, p. 67).

Mais tarde, com base nas constituições da Companhia de Jesus e do parecer de Luis da Grã, que, em 1556, veio da Bahia a chamado de Nóbrega, “[...] foi concedida, à Casa de São Paulo, até então uma residência apenas, a categoria jurídica de ‘colégio’, o primeiro colégio dos jesuítas na América” (Viotti, 1996, p. 68).

O sistema de educação que vigorava no Colégio de Santo Inácio era conhecido na Companhia de Jesus como o *Ratio Studiorum*, isto é, um programa de ensino baseado no *modus parisiensis*. Foi em Paris que em torno de Santo Inácio reuniram-se seus primeiros companheiros; após larga experiência nos colégios da Europa, esse programa foi finalmente aprovado em 1599, tendo no século seguinte plena aplicação (Viotti, 1996). O autor menciona ainda a reinstalação dos jesuítas no colégio de São Paulo em 1653, os quais deram prosseguimento ao trabalho educativo dos fundadores da cidade. Enumera também vários superiores e reitores que nele atuaram nos séculos XVII e XVIII e refere-se ao fato de que o ensino jesuítico não se disseminou apenas em São Paulo, vila e cidade. Em 1653, a escola mantida em Santos desde 1585 pelos jesuítas assumia a categoria de ‘colégio’ e, assim, foi fundado o Colégio de Santos. Explica que “[...] a expansão do ensino, evidentemente, iria prosseguir na capitania, como no Brasil em geral, no século XVIII, não fosse a perseguição pombalina” (Viotti, 1996, p. 70).

No colégio da Companhia de Jesus, o ensino clássico, ou seja, o Curso de Humanidades, estava estruturado em: Gramática, dividida em três classes: ínfima, média e suprema; Humanidades propriamente ditas; Retórica, ao todo cinco classes, que se subdividiam em graus. A classe ínfima desdobrava-se em até quatro graus, mas em um só ano podiam ser percorridos dois ou mais desses graus. Quais eram os textos



adotados e estudados nos colégios do Brasil? Viotti (1996, p. 71) apresenta a relação:

Para o estudo da Gramática, o texto universalmente adotado era o do insigne Manuel Álvares, ao qual fazia boa companhia a Prosódia (à moda de Dicionário Latino-Português) de Bento Pereira. Autores indicados nos colégios do Brasil, que pautavam naturalmente o seu ensino pelos programas de Portugal, deveriam ser, mais ou menos, os seguintes: 1) Classe ínfima: Fábulas de Fedro, Cartas de Cícero; 2) Classe média, no 1º. grau, outras Cartas de Cícero, *Tristia* de Ovídio, Bucólicas de Virgílio; no 2º. grau: *De Officiis* de Cícero, Metamorfoses de Ovídio, Geórgicas de Virgílio e as Fábulas de Fedro; 3) Classe suprema: *De amicitia* e *De senectute* de Cícero, seu discurso *Post Reditum*, cantos da Eneida de Virgílio, *De Belo gallico* de César, Quinto Cúrsio etc. Para a classe de Humanidades. De natura Deorum e Quaestiones tusculanae de Cícero, suas orações *Pro Marcello*, In *Catilinam*, Odes de Horácio, César, Salústio etc. Para a classe de Retórica: *De oratore* de Cícero, *Institutio oratoria* de Quintiliano, Odes de Horácio, outros cantos da Eneida, Tácito, Tito Lívio etc. Para o Grego, iniciado já nas classes de Gramática: Demóstenes, os Diálogos de Luciano etc.

O padre Manuel Correia, em seus quatro anos de magistério (1732-1735) na capitania de São Paulo, não só revelou seus excelentes dotes pedagógicos ao interessar os alunos pelas matérias, mas também, mediante exortações, inculcou-lhes a prática regular da religião, conseguindo atrair alguns alunos para a vida religiosa e sacerdotal. Em 1735, quando sua saída do Colégio São Miguel para prosseguir os estudos no Rio de Janeiro foi anunciada pelo provincial e visitador, ele mereceu o seguinte comentário do comandante da Praça de Santos: ‘tirá-lo daqui é provocar um levante’. Um quarto de século depois, em 1760, quando os jesuítas saíram do Colégio São Paulo, “[...] afastando-se com escolta militar para o exílio, decretado por Pombal, rumo ao litoral, a massa popular os acompanhou até fora da cidade desfeita em lágrimas” (Viotti, 1996, p. 72).

A atuação do padre Leonardo Nunes (1550-1554) também é abordada por Serafim Leite<sup>11</sup> (1937), segundo o qual, em fins de 1549 e início de 1550, o jesuíta chegou acompanhado de dez ou doze meninos, “[...] com a intenção formada de abrir escola de instrução e catequese [...]” e que “[...] na sua entrada aos campos de Piratininga, trouxe outros meninos, filhos dos povoadores portugueses e dos índios, com os quais, juntos a outros de S. Vicente, começou a ler e a escrever, e a alguns mais hábeis, latim. Os órfãos portugueses aprendiam a língua tupi” (Leite, 1937, p. 35).

Como era o ensino ministrado pelos jesuítas e quem eram os alunos nessa época inicial da colonização brasileira e paulista? Leite (1937) explica que, ao chegar, Nóbrega teria dito:

Em casa têm os meninos os seus exercícios ordenados. Aprendem a ler e escrever, e vão muito adiante, e alguns a cantar. E outros, de melhor engenho, aprendem já a Gramática. Aproveitam em devoção. Cremos que virão estes a ser verdadeiros operários pela muita esperança que nos dão seus princípios. [...] Eram 7 irmãos grandes e muitos meninos órfãos e outros filhos dos gentios, dos quais não queremos já tomar senão os grandes e principais, por não termos com que os manter; e quanto ao vestido sofre-se que os meninos andem nus (Leite, 1937, p. 36).

De acordo com Serafim Leite (1937), o colégio pensado por Nóbrega tinha a mesma forma jurídica que lhe dera na Bahia quando instituiu a Confraria dos Meninos de Jesus. A base econômica da

---

<sup>11</sup> Serafim Soares Leite, nascido em São João da Madeira – Portugal em 1890 e falecido em Roma em 1969, foi um padre jesuíta, poeta, escritor e historiador português que viveu muitos anos no Brasil, primeiro na adolescência e, posteriormente, na idade madura, como pesquisador da atuação dos padres da Companhia de Jesus, os quais foram catequizadores e educadores em terras brasileiras a partir do século XVI. Por sua obra monumental, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, publicada em 1938 em 10 volumes, o autor recebeu o ‘Premio Alexandre Herculano’. Em 1954, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, incentivado por Sérgio Buarque de Holanda, publicou *Carta dos primeiros jesuítas no Brasil*. Sua obra é considerada referência no contexto da historiografia brasileira no que se refere à atuação dos religiosos da Companhia de Jesus no Brasil. Na revista do IHGSP, escreveu três artigos entre 1933-1937.

instituição era fruto dos bens doados pelo irmão Pero Correia; para dirigi-la existiam dois mordomos e um provedor, uma vez que os padres reservavam para si ‘somente a erudição e doutrina dos meninos’. Assim, o Colégio dos Meninos de Jesus foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1553.

O culto aos vultos históricos praticado na historiografia do IHGSP inscreve-se na celebração dos feitos e dos homens ilustres, dignos de ser lembrados pela posteridade. Como refere Enders (2000), no Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas.

Manoel Salgado Guimarães (1989) também mostrou que o IHGB recebeu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de lembrança. Na visão de Enders (2000, p. 41), “[...] o recenseamento dos grandes homens extrapola, além disso, o debate acadêmico. A administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura campos intelectuais e políticos”.

No IHGSP não era diferente: a preocupação biográfica está presente nas páginas da RIHGSP, nas quais foram publicados inúmeros retratos biográficos de ‘ilustres personalidades’ da vida nacional, particularmente aquelas nascidas ou que tiveram destacada atuação no território paulista.

Especificamente sobre o período colonial, foram muitas as biografias publicadas na RIHGSP, com destaque para Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Isso revela que o gênero biográfico ocupou lugar central na historiografia paulista, contribuindo para a propagação do conhecimento da vida e obra desses missionários jesuítas.

Um exemplo é o artigo de Affonso de Carvalho<sup>12</sup>, que apresenta detalhes da atuação de Anchieta no episódio da Confederação dos Tamoios. Entre 1556 e 1567, a revolta liderada pela nação indígena Tupinambá contra os colonizadores portugueses que pretendiam promover

---

<sup>12</sup> Affonso José de Carvalho (1968-1952) formou-se em Direito em 1889 e iniciou sua carreira de jurista em 1890. Galgou todos os degraus de acesso judiciário, sendo inclusive empossado como Ministro do Tribunal de Justiça do Estado em 1927. Em 1936, aposentou-se como desembargador. Foi sócio correspondente e depois sócio efetivo do IHGSP, tendo publicado cinco artigos na RIHGSP no período compreendido entre 1912 e 1937 (Câmara Municipal de São Paulo, 1955).

a colonização por meio da escravização dos índios ocupou o atual litoral norte paulista.

O personagem principal dessa história foi Pindobuçu – ou Palma Grande – chefe dos Tupinambás. Com a interferência de Nóbrega e Anchieta, no episódio conhecido como Paz de Iperoig (atual Ubatuba), foi selada uma trégua e os portugueses foram obrigados a libertar todos os indígenas escravizados. No entanto, o fim dessa trégua se deu com o fortalecimento da colonização portuguesa e com os portugueses se lançando sobre as aldeias indígenas, matando e escravizando a população.

Nesse artigo, o propósito de Carvalho (1937) não é apenas rememorar esse episódio, mas principalmente retratar como se davam as relações entre os jesuítas e os índios e, por isso, escolheu Pindobuçu e Anchieta como personagens principais. No final do artigo, Carvalho (1937, p. 27) comenta a amizade entre Pindobuçu e Anchieta e, descrevendo o momento em que este rumou de volta para São Vicente, refere-se ao sentimento do missionário que acenava “[...] entre sentidas lágrimas, os seus adeuses aos novos amigos de Iperoig, deveria seu pensamento envolver, mais complacente e mais carinhoso, o vulto gigantesco de Palma Grande”.

Em sessão especial realizada no IHGSP em 20 de agosto de 1922, durante as comemorações do centenário da Independência, Ernesto Goulart Penteadó<sup>13</sup> (1923) proferiu uma conferência que resultou em um artigo publicado na RIHGSP.

Nesse artigo, pode-se notar sua contribuição para a historiografia da educação. Ele faz um resumo da história da pedagogia, definindo-a como “[...] a arte de educar a infância, ou o conjunto dos princípios e dos meios de educação” (Penteadó, 1923, p. 313). Em seguida, divide a história da pedagogia em três momentos ou em “[...] largas experiências nas quais o espírito humano pode colher muitos e muitos fatos”.

A primeira é-nos ministrada pela civilização indo-semítica, predominante no período histórico conhecido pelo nome de ‘antiguidade oriental’; a segunda é

---

<sup>13</sup> Ernesto Goulart Penteadó era “paulista da capital, formado em Direito pela Academia de São Paulo, emérito educador e provector advogado, 1º. Juiz de Paz do distrito do Brás, representante do povo em diversos triênios da municipalidade da capital, membro efetivo e secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (Penteadó, 1923, p. 309).

constituída pela evolução e plena floração dos dois grandes ramos arianos, romano e grego: a terceira, finalmente, desenvolve-se através de toda a idade média, moderna e contemporânea. As sociedades, que viveram durante o período indo-semítico, não passam da primeira fase educativa, como também não passam da primeira fase social; dentre as que se expandem no segundo, o grupo ateniense é que atinge uma florescência mais vicejante e, portanto, em que melhor se verifica a lei evolutiva dos sistemas educativos; as sociedades latino-germânicas, destinadas a viver desde o começo da idade média até os tempos modernos, são, finalmente, as que nos oferecem uma experiência mais completa e decisiva (Penteado, 1923, p. 313).

Nesse resgate da história da pedagogia, Penteado (1923, p. 323) chega até Lutero, que, de acordo com sua visão, é um “[...] notável orientador no campo das teorias pedagógicas”. Afirma que, para o reformador, “[...] a força da sociedade reside na boa educação, que lhe dá cidadãos instruídos, cordatos e honestos”. Na visão de Penteado (1923, p. 323), Lutero não só democratiza e exalta a escola, mas principalmente,

[...] deduz, de uma maneira clara e positiva, dos princípios proclamados pelo movimento protestante, a forma que convém à verdadeira operação educativa; quer que o aluno ‘ouça, veja e aprenda alegremente’, isto é, construa por espontaneidade própria, habilmente guiada, as suas próprias noções (Penteado, 1923, p. 323).

Do ponto de vista de Penteado (1923), até o século XVIII, a democratização nas escolas é um fato, embora esse seja seu único progresso, pois, nos séculos XVI e XVII, nos países de língua alemã, o professor ainda era o sacristão. O século XVIII produziu um pequeno esforço no sentido de arrancar a escola popular das mãos da Igreja e, no século XIX, foram criadas as primeiras escolas normais. O autor refere-se também aos pequenos progressos ocorridos no campo educativo ao longo dos séculos, em países católicos ou não, mas informa que, apesar dos progressos experimentados pela operação educativa, a disciplina escolar ainda continuava sendo bárbara: “[...] o aluno se instruía, mas não se educava” (Penteado, 1923, p. 323). Para corroborar seu entendimento, ele se apoia em um relato a respeito de um professor alemão, falecido em

1782, que dera, durante sua vida profissional, “[...] 911.597 pauladas, 124.010 açoites, 10.235 bofetadas e 7.905 puxões de orelha”.

Penteado (1923) discorre ainda sobre Pestalozzi e Froebel, aos quais coube a honra de iniciar uma nova fase histórica na educação, voltada para a instrução popular, encerrando o ciclo dos grandes pedagogistas.

Com base nisso, Penteado defende sua ‘tese’ sobre a instrução popular e recorre novamente ao passado histórico brasileiro, iniciado com Nóbrega e Anchieta, a quem denomina de os “[...] verdadeiros precursores do ensino verdadeiramente popular no Brasil” (Penteado, 1923, p. 325). Assim, rememora fatos históricos da atuação desses missionários jesuítas no Brasil Colonial no tocante à catequese dos índios e à instrução popular.

Até 1846, na visão de Penteado (1923, p. 329), “[...] a instrução popular conservara-se mais ou menos estacionária”. Dissertando sobre a instrução popular no Estado de São Paulo, baseia seu arrazoado no repertório de leis provinciais de 1835 a 1875 e afirma que, dentre elas, apenas a lei nº 34, de 16 de março de 1846, dá à instrução pública um cunho determinado. Nesse sentido, destaca alguns pontos que julga importantes dessa referida lei:

Art. 1º. – A instrução primária compreende a leitura, escrita, teoria e prática da aritmética até proporções inclusive noções gerais de geometria prática, gramática e língua nacional e princípios da moral cristã e da religião do Estado. Art. 2º. – A instrução primária do sexo feminino constará das mesmas matérias, com exclusão da geometria e limitada a aritmética, à teoria e prática das quatro operações e também das prendas que servem à economia doméstica. Art. 3º – O governo estabelecerá escolas públicas de instrução primária, em todas as cidades, vilas e outras povoações que, atenta ao número da população reunida julgar em circunstâncias apropriadas, sujeitando a aprovação da Assembleia Provincial. Art. 4º. – Nas povoações em que as escolas do sexo feminino forem frequentadas por mais de 60 alunos, poderá haver mais uma escola, adicionando-lhes noções gerais de geografia e história, especialmente do Brasil e noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida. Naquelas em que as do sexo feminino forem frequentadas por mais de 40 alunas, também poderá haver mais uma, adicionando-lhes noções gerais de geografia, história e música (Penteado, 1923, p. 329).

Tristes tempos, pois, esses do século XIX, quando o preconceito de gênero se impunha na educação feminina e tinha força de lei, mas, para o historiador do IHGSP, não se constituía em questão a ser comentada, o que reafirma a postura acrítica dessa historiografia.

Em relação à prática dos castigos, no art. 14 da lei 1846, ainda se normatizavam o programa dos exames, os castigos e a duração diária dos exercícios.

Penteado (1923, p. 331-335) historia a legislação paulista a respeito da instrução pública entre 1868 e 1921 e afirma que, no estado de São Paulo, o período áureo do ensino público foi de 1893 a 1903:

De evolução em evolução, chegamos até a presente época, em que a instrução popular, difundida pelos poderes públicos atingira o grau mais elevado. Outrora, a instrução popular até certo ponto, era acanhada. Já examinamos o programa de ensino que nos dá notícia a lei n. 24, de 16 de Março de 1846. Era um programa simples e fácil de ser executado, bem como também o era, o da lei n. 54, de 15 de abril de 1868 e seu consequente regulamento de 18 de Abril de 1869.

Ernesto de Sousa Campos<sup>14</sup> também colabora para a historiografia da educação e do ensino produzida pelo IGHSP, publicando na RIIHGSP um artigo que aborda a origem, a evolução e o desenvolvimento da instituição universitária brasileira (Campos, 1970, p. 5-12). Em sua visão, a lentidão do processo de constituição do ensino universitário no país é incompreensível.

Desde a descoberta ‘do’ Brasil, em 1500, até o estabelecimento da primeira universidade brasileira, em 1920, decorreram quatrocentos e vinte anos. Mais de quatro séculos se escoaram sem que a ideia, aliás esboçada na era

---

<sup>14</sup> Ernesto de Sousa Campos (1882-1870) formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo (1906). Tornou-se médico pela Faculdade de Medicina de São Paulo (turma de 1918) e, como prêmio de melhor aluno, recebeu uma bolsa de estudos da Rockefeller Foundation para estudar nos Estados Unidos. Foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo (1934), Ministro da Educação e Saúde Pública (1946) do governo Gaspar Dutra e presidente do IHGSP (1954-1956). Entre 1953 e 1959, publicou oito artigos na Revista do instituto (Academia de Medicina de São Paulo, 2013).

quincentista, tomasse corpo e se concretizasse. E, assim mesmo, o núcleo de 1920 era, naquela hora, de molde artificial. Não dispunha da estruturação indispensável em organizações do gênero. Consistia em um agrupamento, no papel, de escolas existentes que continuaram a manter funcionamento independente. A reitoria era decorativa. E aquelas escolas eram devotadas à formação de profissionais nos domínios da medicina, do direito, da engenharia, da farmácia, etc. Não existia, naquele grupo, instituição que se dedicasse ao estudo e progresso das ciências e da cultura, sob os mais diversos aspectos. Era um núcleo ausente nos campos de pesquisas. Professores só exerciam este mister no momento em que ministravam as aulas, pois viviam essencialmente do exercício de profissão liberal, às vezes bem diferente das disciplinas que tinham a seu cargo. Os alunos, assaz numerosos, geralmente nem eram conhecidos pelos seus apressados mestres. Não existia, em fim, a fundamental Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Campos, 1970, p. 5).

Elaborando uma ‘linha do tempo’, o autor mostra que, na era quincentista, outros povos vindos da Espanha e da Inglaterra para as Américas fundaram universidades em países como República Dominicana, Peru e México, ao passo que o Brasil ficara ausente desse movimento. Posteriormente, de 1600 a 1700, ‘mudos permanecemos’, assistindo à criação da Universidade de Harvard nos Estados Unidos; da Universidade de Córdoba na Argentina; da Universidade Maior Real e Pontifícia de São Francisco Xavier na Bolívia; da Universidade de São Carlos na Guatemala e da Universidade de São Tomás nas Filipinas. A tudo isso o Brasil continuava ‘contemplativo, indiferente ou cego’. Em sua visão, nos séculos seguintes (1700-1800 e 1800 a 1900), nada aconteceu por aqui: continuávamos a ‘contemplar o azul do céu’ e nem mesmo “[...] a contemplação do que se passava em outros países irmãos despertava a nossa apatia” (Campos, 1970, p. 6).

Nos períodos do Brasil Colonial, de transformação da nação em sede da Monarquia portuguesa por D. João VI, do primeiro e do segundo impérios, bem como nos primeiros vinte anos da República, ficamos na mais “[...] completa imobilidade, quanto a esse capítulo da máxima importância para o progresso e desenvolvimento de uma nação” (Campos, 1970, p. 6). Eis que, em 1920, surgiu a Universidade do Rio de Janeiro, cuja organização foi resultante da



[...] reunião das escolas profissionais existentes, frouxamente ligadas a uma reitoria que tinha, por assim dizer, caráter ornamental. As diversas Faculdades existentes não se entrosaram. Matérias idênticas ou afins eram professadas em cadeiras independentes. Nenhum vestígio existia de pesquisa científica, nem poderia existir porque o magistério era exercido por profissionais que só permaneciam nas escolas o tempo exato de ministrar as suas aulas. E iam os professores para o exercício de suas profissões, algumas vezes bem diversas da disciplina que lecionavam. Não existia aparelhamento técnico-científico, apreciável. As fontes bibliográficas eram deficientíssimas, principalmente na existência ou atualização do que se avolumava diariamente no cenário mundial, e nos mais variados idiomas. Regime de tempo integral inexistente. Edificações impróprias, mal adaptadas e exíguas para o número crescente de alunos, etc. (Campos, 1970, p. 7).

Passados sete anos, em 1927, surgia a Universidade de Minas Gerais, que foi regulamentada em 1931 nos mesmos moldes da Universidade do Rio de Janeiro, isto é, sem a existência de uma faculdade unicamente devotada aos estudos científicos e culturais, nem institutos de ordem puramente cultural ou científica. Somente em 1931 é que surgiu a Lei que estabeleceu as bases fundamentais para a universidade brasileira. Em 1934, constituíram-se mais duas universidades: a de São Paulo (em janeiro) e a de Porto Alegre (em novembro), mas “[...] foi a de São Paulo que se estruturou dentro dos moldes universitários vigentes nas grandes instituições congêneres, das grandes nações do mundo” (Campos, 1970, p. 7).

Quanto ao seu interesse pelos assuntos universitários, Campos (1970, p. 8) o justifica com a edição, em 1938, por conta própria, de um livro de 407 páginas, intitulado *Problemas universitários*. Esse livro foi uma espécie de ‘grito de alarme’ a respeito da “[...] precária situação do ensino universitário da nossa pátria no panorama universitário internacional”, pois ocupávamos o último lugar entre as nações civilizadas.

Nada mais natural, portanto do que o meu vivo interesse por este assunto ao assumir a pasta da Educação, em 1946. Não assumiria o posto se não fosse aceito o meu programa, logo apresentado ao ser convidado. Não tendo vocação para a política partidária, jamais tendo pertencido a qualquer partido desse gênero, não me interessaria aquela alta posição no governo da República se

não pudesse pôr em prática os meus anseios educacionais, pelos quais, anos a fora, tinha eu me batido arduosamente, pela palavra escrita e falada. Foram aceitos os nossos planos que versavam sobre a fundação de novas universidades e sobre a fundação de escolas primárias rurais, especialmente ao longo das nossas fronteiras (Campos, 1970, p. 8).

Além disso, Campos (1970) revela sua preocupação com a inexistência, no ‘Brasil cristianíssimo’, de uma universidade católica, apesar de que

[...] o Bispo de Campinas desejava uma instituição desse gênero. A ideia evoluíra, mas não saía da atmosfera de cogitações. Os jesuítas do Rio de Janeiro conseguiram do Ministro que me antecedeu, em breve período ministerial, que um decreto determinasse ali uma universidade católica, embora não existissem naquela época, agrupadas, naquele centro, as três escolas superiores exigidas para composição do gênero. Não existiam estatutos aprovados. Era, portanto, uma iniciativa incompleta. Coube-me o privilégio de outorgar oficialmente o referido diploma legal (Campos, 1970, p. 9).

Sobre sua atuação na fundação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, posteriormente, na de outras instituições congêneres, Campos (1970) relata que soubera que a arquidiocese de São Paulo estava pensando em promover, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, a fundação de uma universidade:

Argumentei que era melhor fundar imediatamente, achando-se, na chefia dos negócios da educação, quem tanto ansiava pelo empreendimento. Sua eminência concordou. E imediatamente processaram-se os estudos preliminares e definitivos. Resultou que alguns meses mais tarde era fundada, com aprovação federal, a Universidade que logo se tornou Pontifícia: Universidade Católica e Pontifícia de São Paulo. Cinco universidades constituíram-se em menos de seis meses. Saíamos de uma estagnação de um quarto de século para um impulso novo. Das quatro universidades passávamos para nove. E todas aquelas cinco novas universidades, bem fundadas, tomaram logo grande incremento. Abriram-se ali novas escolas e cursos variados. Construíram-se novas instalações. Largas áreas de terrenos foram adquiridas

ou doadas, para expansão. A Pontifícia de São Paulo desdobrou-se em outra, a de Campinas (Campos, 1970, p. 10).

Assim, a partir desse movimento, outras universidades se estabeleceram no Brasil. No entendimento de Campos (1970, p. 10), isso foi um *déclenchement*:

Abriu-se o ferrolho de uma porta que por séculos estivera fechada ou apenas entreaberta. O Brasil tomou conhecimento de que estava retardado neste aspecto de capital importância para as nações do nosso tempo: a preparação, em larga escala e em alto nível, no sentido científico, cultural e técnico. Nem todas as universidades que se vêm formando em nossa terra são perfeitas. E algumas são até bem deficientes. Mas era preciso levar ao povo brasileiro, no seu *interland*, o culto da universidade que gradativamente vai ganhando alento e aperfeiçoamento. Pela negativa é que não chegaríamos a dotar o Brasil de preparação em alto grau (Campos, 1970, p. 10).

De modo geral, os cinco artigos selecionados entre aqueles publicados na RIHGSP são uma pequena, mas importante amostra de como a elite letrada – representada pelos intelectuais que nela publicaram seus artigos - pensava a educação brasileira.

Em síntese, além das biografias de José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Leonardo Nunes, Viotti (1996), Carvalho (1937) e Leite (1937) discorrem sobre as atividades educacionais exercidas pelos missionários jesuítas no trabalho de catequese dos índios e no ensino ministrado nos primórdios da colonização brasileira e paulista. De uma perspectiva diacrônica, em sua história da pedagogia no Brasil, Penteado (1923) também tem como ponto de partida a educação praticada pelos padres jesuítas e aborda a instrução pública com base no repertório de leis provinciais e da legislação paulista. Por sua vez, ao tratar da origem, da evolução e do desenvolvimento da instituição universitária brasileira, Campos (1970) argumenta com a tardia criação das universidades brasileiras, comparando-a com a iniciativa dos países ibero-americanos e os Estados Unidos.

Além disso, nos textos sobre educação publicados na RIHGSP, são evidentes as relações entre produção e uso do conhecimento histórico, bem como a articulação entre uma identidade regional paulista e a identidade

nacional. Assim, quando se analisa a natureza da operação historiográfica realizada pelos cinco autores selecionados, é possível identificar um terreno fecundo para a investigação das relações entre verdade histórica e mito.

O tipo de escrita da história praticado pelos autores selecionados fornece elementos para compreender o IHGSP como um lugar social privilegiado para a produção historiográfica nos séculos XIX e XX. Como refere Saviani (2008, p. 3), “[...] o conhecimento que cabe à historiografia educacional consiste em reconstruir, por meio de ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto”.

## **Considerações Finais**

Nos resultados da pesquisa, destacaram-se as contribuições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para a historiografia da educação brasileira, além dos elementos que favorecem o delineamento de um panorama histórico dos institutos históricos e geográficos no cenário mundial e nacional. Com base no contexto em que se situou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi possível descrever as principais características da RIHGSP. O recurso à metodologia da análise bibliométrica e da análise de conteúdo foram fundamentais para se analisar a produção científica da RIHGSP, para traçar um perfil dos autores e das temáticas abordadas, bem como para abordar a distribuição temporal dos artigos publicados.

Mais, a análise dos artigos publicados na RIHGSP também favoreceu o entendimento do papel de ‘intelectual orgânico’ cumprido por esse periódico, especialmente no sentido da construção da chamada identidade nacional, tendo em vista o legado do período colonial e monárquico, quando o trono foi ocupado por soberanos descendentes diretamente da família real portuguesa.

Para os intelectuais signatários dos artigos publicados na RIHGSP, a identidade nacional brasileira era uma consequência direta do protagonismo evangelizador e civilizador levado a cabo pelos padres da Companhia de Jesus desde 1549. Por meio dessa atuação, as populações indígenas, africanas e portuguesas foram se amalgamando e se tornando brasileiras ao longo dos séculos que se seguiram à ocupação do imenso território brasílico ocorrida a partir de 1530.

Assim, os artigos publicados pela RIHGSP confirmam que o processo civilizador ocidental cristão que plasmou a formação societária brasileira estava assentado inicialmente nas casas de bê-á-bá e, depois, nos colégios regidos pelo *Ratio Studiorum* e pelas Constituições que regiam o funcionamento da Ordem religiosa criada por Inácio de Loyola.

## Referências

- Academia de Medicina de São Paulo. (2013). *Ernesto de Sousa Campos*. Acessado em: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=academicos&idioma=1>
- Ao Leitor. (1895). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1, f.1, p.I-II.
- Apresentação. (1999). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 95.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa, PT: Edições 70.
- Bittar, M., & Ferreira Junior, A. (2001). Educação jesuítica no Brasil Colônia. *Revista Série Estudos*, (12), 135-143.
- Callari, C. R. Os Institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, 21(40), 59-83.
- Carraro, E. C. (2003). O Instituto Histórico de Paris: moralidade e ciência social. In *11º Congresso Brasileiro de Sociologia* (p. 1-28). Campinas, SP.
- Câmara Municipal de São Paulo. (1955). Projeto de Lei nº 127, de 29 de abril de 1955. Denomina Desembargador Affonso de Carvalho a rua sem nome que se inicia na Rua Paulo Eiró, na Vila Buarque. São Paulo, SP.
- Campos, E. S. (1970). Colaborações: origem, evolução e desenvolvimento da Instituição Universitária Brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 67, 5-12, 1970.

- Candeias, N. M. F. (2013). *10 anos de memória do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, SP: Escrituras.
- Carvalho, A. J. (1937). Anchieta e Pindobuçú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 33, 15-28.
- Carvalho, R. M. (1999). Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 95, 3.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. (2013). *Padre Hélio Abranches Viotti*. Acessado em: <http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/galeria-socios/helio-abranches/>
- Enders, A. (2000). O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo império. *Estudos Históricos*, 14(15), 41-62.
- Ferreira, A. C. (2002). *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, SP: Edunesp.
- Ferreira, A. C., & Mahl, M. L. (2011). Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). *Patrimônio e Memória*, 7(1), 3-18.
- Guimarães, L. M. P. (1995). Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 156(388), 459-613.
- Guimarães, M. L. S. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista de Estudos Históricos: Caminhos da Historiografia*, Rio de Janeiro, 1(1), 5-27.
- Guimarães, M. L. S. (1989). A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857): fazendo a história nacional. In A. Wehling (Org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: IHGB.
- Iglésias, F. (1972). Comentário ao roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In *Anais do Encontro Internacional de Estudos*

Maria Aparecida PEREIRA; Amarílio FERREIRA JUNIOR; Maria Cristina P. I. HAYASHI.

*Brasileiros e do I Seminário de Estudos Brasileiros* (p. 22-24). São Paulo, SP: USP/IEB.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (2013). *Resenha histórica*. Acessado em: <http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php>

Instituto Histórico E Geográfico De São Paulo. (1944). *Jubileu Social (1894-1944)*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado.

Lapa, J. R. A. (1981). *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Leite, S. S. J. (1937). O Colégio dos Meninos de Jesus em S. Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 32, 35-38.

Penteado, E. G. (1923). A instrução popular em São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 22, 309-348.

Pereira, M. A. (2013). *Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Rodrigues, J. H. (1978). *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Rodrigues, J. H. (1981). *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Saviani, D. (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2a ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados.

Scabin, R. C. (2011). A discussão sobre João Ramalho no IHGSP: construção da memória e leitura documental. In *Anais do 26º Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo, SP.

Schaff, A. (1983). *História e verdade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Schwarcz, L. K. M. (1993). Os institutos históricos e geográficos: guardiões da história oficial. In L. K. M. Schwarcz. *O espetáculo das*

*raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* (p. 129-184). São Paulo, SP: Cia das Letras.

Silva, M. R., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2(1), 110-129.

Torres, L. H. (1996). O conceito de história e de historiografia. *Biblos*, 8, 53-59.

Viotti, H. A. (1996). Ensino público em São Paulo entre 1551 e 1759. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 92, 67-72.

Submetido em: 21/06/2014  
Aprovado em: 21/04/2015

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.